



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DO SUL

PROCESSO Nº. 50010.500002/2017-18

CONTRATO Nº 00024/2018

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00024/2018, QUE FAZEM ENTRE SI O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, POR INTERMÉDIO DO (A) ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DO SUL E A EMPRESA M.S.A SERVIÇOS COMERCIO E CONSERVAÇÃO LTDA-ME.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, através da **ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DO SUL – AHSUL**, com sede na Praça Oswaldo Cruz, 15 – 3º andar – Centro – Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **04.892.707/0032-07**, neste ato representado pelo Coordenador Geral Hidroviário CEL. Arlindo Bonete Pereira, nomeado pela **Portaria nº 869, de 23/outubro/2017**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1567, de 24/agosto/2017, publicada em 25/agosto/2017, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa M.S.A SERVIÇOS COMERCIO E CONSERVAÇÃO LTDA-ME, inscrita sob o CNPJ nº 10.514.886/0001-45, com sede na Avenida do Contorno, nº 20A, CEP 36.280-000, no município de Carandaí-MG, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Magdo Sergio dos Anjos, portador da Carteira de Identidade nº M-570.385.2, e CPF nº 820.085.316.00, tendo em vista o que consta no Processo nº 50010.500002/2017-18, e o resultado final do Pregão nº 0429/2017-33, com fundamento na Lei nº 10.520, de 2002 e, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de pessoa (s) jurídica (s) para prestação de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização, e serviços de Copeiragem, nas dependências da Administração das Hidrovias do Sul que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego de equipamentos necessários à execução dos serviços, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANT./ POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALORES
Copeiragem	AHSUL-SEDE	1	08:00 às 17:00	40 horas semanais	R\$ 3.043,80
Servente	AHSUL-SEDE	3	08:00 às 17:00	40 horas semanais	R\$ 10.097,37
Servente	AMARÓPOLIS	1	08:00 às 17:00	40 horas semanais	R\$ 3.420,46
Servente	BOM RETIRO	2	08:00 às 17:00	40 horas semanais	R\$ 6.744,24
Servente	DOM MARCO	2	08:00 às 17:00	40 horas semanais	R\$ 6.756,24
Servente	FANDANGO	1	08:00 às 17:00	40 horas semanais	R\$ 3.372,12
Servente	CHARQUEADAS	1	08:00 às 17:00	40 horas semanais	R\$ 3.372,12
Material de Consumo sob demanda Copeiragem	-	-	-	-	R\$ 538,17
Material de Consumo sob demanda Limpeza	-	-	-	-	R\$ 1.884,88
TOTAL	-	-	-	-	R\$ 39.229,39

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 (doze) meses, com início na data de 26/02/2018 e encerramento em 25/02/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.3. A execução dos serviços será iniciada num prazo de até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 39.229,39 (Trinta e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos), perfazendo o valor total de R\$ 470.752,74 (Quatrocentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos) anual.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 39252/390075

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 26.784.2086.4349.0001 (PTRES 109879)

Elemento de Despesa: 339037

Nota de Empenho nº: 2018NE800001

4.2 - No (s) exercício (s) seguinte (s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

5.1. Visando definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE utilizará formulário próprio como meio de análise – Acordo de Nível de serviço (ANS).

5.2. ANS é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, que define, em bases compreensíveis, tangíveis e objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

5.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado mensalmente pelo fiscal do contrato, gerando relatórios de prestação de serviços executados, com base nas quantidades de imperfeições de cada item a ser avaliado, conforme o ANEXO I deste Termo de Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO

7.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, poderá ocorrer após observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 7.2, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

7.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

7.1.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

7.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.4.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - A nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV – Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade CONTRATANTE.

7.4.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.4.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

7.4.5. O prazo referido no subitem 6.1 ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

7.4.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

7.4.7. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

7.5. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

7.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.6. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7. A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente CONTRATADA, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1 A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia, sob a modalidade apólice de Seguro Garantia, fornecida pela Porto Seguro Cia. De Seguros Gerais, através da MP Minas Corretora de Seguros Ltda – ME, em data de 29 de janeiro de 2018, com vigência de 01/02/2018 à 01/05/2019 no valor de R\$ 23.562,00 (vinte e três mil, quinhentos e sessenta e dois reais), correspondente a 5% de seu valor total anual, observadas as condições previstas no Edital.

8.2 O regime jurídico da garantia é aquele previsto em edital.

9. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1 Regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 As sanções deste Contrato são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no Edital, no CAPÍTULO IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 7º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no art. 28 do decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, e nas Instruções Normativas da CONTRATANTE Nº 01/2013 e INº 04/2015 ou outra que a venha substituir, e nas demais disposições da legislação vigente.

11.2 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

11.2.1 apresentar documentação falsa;

11.2.2 retardar a execução do objeto;

11.2.3 falhar na execução do contrato;

11.2.4 fraudar a execução do contrato;

11.2.5 comportar-se de modo inidôneo;

11.2.6 fazer declaração falsa; ou

11.2.7 cometer fraude fiscal.

11.3 Para os fins do item 11.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

11.4 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do

objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com a multa, com as seguintes penalidades:

11.4.1 advertência;

11.4.2 multa;

11.4.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.4.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

11.4.5 impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

11.5A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

11.6A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.7A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.9O rito para o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR referente às infrações praticadas pelos fornecedores da CONTRATANTE é o previsto na IN 04/2015, ou outra que a venha substituir.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– RESCISÃO

12.1O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

- 13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 13.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3 O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

14.4 A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

14.5 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto n. 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

14.6 O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será a Justiça Federal de Porto Alegre.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018.

CEL. Arlindo Bonete Pereira
CPF 078.259.000 - 49
Responsável legal da CONTRATANTE

Magdo Sergio dos Anjos
CPF nº 820.085.316-00
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MARIA DA CONCEIÇÃO TONIETO
CPF nº 167.368.260-04

PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO ZIMMER
CPF nº 222.439.410-15

ANEXO I - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Suporte às atividades da Administração das Hidrovias do Sul
Meta a cumprir	Obrigações contratuais cumpridas e prestação do serviço em elevados níveis de qualidade

Instrumento de medição	Avaliação direta da fiscalização
Forma de acompanhamento	Vistoria nos postos de serviços e relatório das chefias
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Soma das imperfeições identificadas com aplicação de percentuais de redução conforme tabela
Início de vigência	Data da assinatura do contrato
Sanções	Sanções previstas no Edital
Observações	Na notificação deverá constar o nº do item do indicador de avaliação infringido e a assinatura do Preposto da contratada

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

- 1. Definição:** Acordo de Nível de Serviços – ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 2. Objetivo a atingir:** Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.
- 3. Sanções:** Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

4. Tabela de imperfeições

ITEM	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA NO SOMATÓRIO DE IMPERFEIÇÕES
01	Atraso na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Por empregado
03	Executar serviço incompleto ou paliativo de acordo com as descrições de atividades (itens 8, 8.1, 9.3 e 9.5 do Termo de Referência). Resultado ineficiente dos serviços, como, por exemplo: utensílios de copa com sujidades, etc.	Por ocorrência
04	Recusar-se a executar serviço, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Por empregado
05	Deixar de cumprir determinação da Fiscalização sem justificativa aceita pelo DNIT	Por ocorrência
06	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	Por empregado
07	Ocorrência de faltas dos empregados da CONTRATADA, sem a imediata substituição	Por ocorrência
08	Deixar de proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, ao menos duas vezes ao dia.	Por ocorrência
09	Diluir produtos de limpeza e conservação prontos para uso	Por ocorrência
10	Diluir produtos concentrados na proporção diferenciada daquela indicada pelo fabricante	Por ocorrência
11	Deixar as lixeiras com detritos acima de sua capacidade	Por ocorrência
12	Deixar de cumprir quaisquer itens do Edital e seus anexos, não previstos nesta tabela.	Por ocorrência
13	Não observância da manutenção das quantidades de materiais e/ou utensílios necessários à adequada execução dos serviços.	Por ocorrência
14	Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	Por ocorrência
15	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO	Por ocorrência
16	Danificar equipamento ou mobiliário por culpa ou dolo.	Por empregado
17	Utilizar recursos materiais do local de trabalho em serviços ou atividades particulares.	Por empregado
18	Conduta escandalosa no serviço.	Por empregado
19	Ofensa física, em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem.	Por empregado
20	Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício das funções de auxílio administrativo com o horário de trabalho	Por empregado
21	Falta de cordialidade no trato com os servidores e usuários.	Por empregado
22	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades dos serviços contratados	Por ocorrência
23	Atrasar ou deixar de realizar os treinamentos/reciclagens sem justificativa aceita pela Fiscalização	Por ocorrência
24	Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato, no prazo de 24 horas	Por ocorrência

25	Inobservância da utilização de uniforme, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme excessivamente danificado ou deixar de providenciar conjunto completo de uniforme aos funcionários.	Por empregado
26	Permitir a execução de serviço por colaboradores sem qualificação ou sem registro	Por empregado
27	Retirar, sem autorização, qualquer documento ou objeto do local de trabalho.	Por ocorrência
28	Disponibilização e/ou utilização de material ou utensílio que não atenda aos objetivos do DNIT quanto à qualidade do material ou especificidade do serviço a ser prestado.	Por ocorrência
29	Deixar de efetuar o pagamento de salários de seus empregados, vales transporte e refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como não arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas estipuladas acima de 30 dias.	Por empregado/por mês
30	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados	Por ocorrência
31	Atrasar o pagamento de salários, vales transporte, vales alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais.	Por empregado/por dia
32	Demora no atendimento às determinações da fiscalização do Contrato referentes à regularização de situação trabalhista de empregados, e não justificada, num período superior a 15 (dez) dias	Por ocorrência/por empregado
33	Deixar de fornecer uniforme e EPI aos seus empregados, nos prazos estabelecidos	Por empregado
34	Deixar de substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições.	Por empregado

5. Pagamento

O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços definidos neste Anexo. O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor da fatura mensal, de acordo com os serviços executados, subtraída a soma das imperfeições identificadas, conforme a tabela de faixas de percentuais de redução abaixo:

FAIXA	QUANTIDADE DE IMPERFEIÇÕES IDENTIFICADAS NO PERÍODO	PERCENTUAL DE REDUÇÃO NA FATURA DE SERVIÇOS DO PERÍODO
1	De 0 até 05	0,00%
2	De 06 até 20	10,00%
3	De 21 até 40	15,00%
4	De 41 até 60	25,00%
5	Mais de 60	30,00%

6. Recursos

A contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recorrer do resultado final do relatório da Fiscalização quanto às quantidades de imperfeições identificadas no período medido.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018.

CEL. Arlindo Bonete Pereira
CPF 078.259.000 - 49
Responsável legal da CONTRATANTE

Magdo Sergio dos Anjos
CPF nº 820.085.316-00
Responsável legal da CONTRATADA



DESPACHO SELOG - AH - AHSUL

Processo nº 50010.500002/2017-18

DECLARAÇÃO

Tendo em vista a publicação do decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, declaro estar em concordância com a emissão do **CONTRATO Nº 00024/2018** e do **ANEXO I - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS - SEi 0587715**, e assino eletronicamente abaixo.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018.

CEL. Arlindo Bonete Pereira

CPF 078.259.000 - 49

Responsável legal da CONTRATANTE

Magdo Sergio dos Anjos

CPF nº 820.085.316-00

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MARIA DA CONCEIÇÃO TONIETO

CPF nº 167.368.260-04

PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO ZIMMER

CPF nº 222.439.410-15



Documento assinado eletronicamente por **Luís Antônio Ribeiro, Chefe do Serviço de Recursos Logísticos, Informática, Cadastro e Licitação**, em 15/02/2018, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 1614024



Documento assinado eletronicamente por **ARLINDO BONETE PEREIRA, Coordenador-Geral Hidroviário**, em 15/02/2018, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Araújo Zimmer, Coordenador de Engenharia**, em 15/02/2018, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Conceição Tonieto, Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas**, em 15/02/2018, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magdo Sergio dos Anjos, Usuário Externo**, em 16/02/2018, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0587715** e o código CRC **82500141**.

Porto Alegre/RS, 15 de fevereiro de 2018.